

1
MJSV
R

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
PORTO COVO**

ATA DA REUNIÃO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

**SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N.º 05/2018**

-----Aos vinte e sete dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, no Auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com início pelas 21:15 horas, com as seguintes presenças. -----

MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----

Presidente: Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

1.ª Secretária: Cláudia Sofia Oliveira Rosa

2.ª Secretária: Maria José da Silva Vidal

António da Silva dos Santos

Fernando Manuel da Silva Modesto

Lénia Isabel da Silva Gonçalves Izidro

Henrique Joaquim Raposo Bento

EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----

Presidente: Cláudio Filipe dos Santos Coroas Rosa

Tesoureiro: Andreia Filipa Lobato Monteiro Ferreira

-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----O Presidente da Assembleia inicia a leitura da Moção sobre o Campismo e Caravanismo na Costa Alentejana, e informa que esta Moção foi feita por várias Juntas de Freguesia da Costa Alentejana e que tem como objetivo pedir a alteração da Lei relativamente ao processo da aplicação das coimas e ainda para que sejam feitas mais ações de fiscalização e vigilância. Após a leitura da Moção a mesma é colocada à votação e é aprovada por unanimidade e assinada por todos os presentes e ficará apensa a esta ata.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia informa que tomou conhecimento desta Moção já feita por outras Freguesias, numa das reuniões com a Associação de Freguesias do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e que é mais uma tentativa de se tentar resolver este problema. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que não tinha conhecimento de que a Lei era diferente em relação a outras infrações e que o auto segue em carta registada e não é cobrada a multa na hora como acontece normalmente. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, pergunta se a Moção vai ser enviada para a GNR. -----

-----O membro da Assembleia, Fernando Modesto, diz que não vale a pena porque a GNR passa pelos locais onde as autocaravanas estão estacionadas indevidamente e não faz nada. -----

-----O Presidente da Assembleia informa que não, que no anterior mandato foi enviada uma moção para o Ministro da Administração Interna sobre a mesma questão a qual foi posteriormente encaminhada para a GNR, mas o problema não ficou resolvido. Esta moção será enviada para todas as entidades que estão mencionadas no documento. -----

Or 2 *R. M. da*

REUNIÃO DE 27.12.2018

ATA N.º 05/2018

-----O Presidente da Junta informa que haverá uma sinalética nova que irá interditar as autocaravanas de entrar em Porto Covo a partir da rotunda que está em frente ao miradouro da Praia Grande, onde poderão subir até ao fim dessa rua e poderão ter acesso a qualquer um dos parques de campismo ou virar em direção ao Campo de Futebol onde podem permanecer. Havendo a sinalética adequada a GNR pode e deve atuar em conformidade e multar quem não cumprir. -----

-----O Membro da Assembleia, António dos Santos, diz que em S.Torpes também existe o mesmo problema. -----

-----O membro da Assembleia, Fernando Modesto, diz que considera também falta de iniciativa da GNR que não multa quando devia multar e diz que em Vila Nova de Milfontes, por exemplo, nada disso acontece, vão apenas em direção ao parque de campismo e daí voltam para trás e que pode testemunhar uma situação em que os autocaravanistas se dirigiram para a zona do farol e apareceu logo a GNR e aqui isso não acontece, muitas vezes vêm de passagem e ignoram este tipo de infrações mas multam automaticamente quem estiver mal estacionado. -----

-----O Presidente da Junta diz que em Vila Nova de Milfontes existe um posto da GNR e aqui apenas fazem uma ronda e a diferença é que os condutores das autocaravanas são identificados e posteriormente notificados por escrito e os restantes automobilistas se cometerem uma infração têm que a pagar na hora, daí esta Moção para que a Lei seja alterada e igual para todos, talvez assim o problema se resolva. -----

1.º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.---

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. -----

2.º PONTO: ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA DO IV TRIMESTRE DE 2018: -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o relatório de atividades e passa a palavra ao Presidente da Junta.. -----

-----O Presidente da Junta lê o documento e pergunta se alguém quer algum esclarecimento sobre o mesmo. -----

-----O membro da Assembleia, Lénia Izidro, diz que não acha bem a Junta ter pago ao dono da empresa "Galope no Campo" para vir animar a feirinha de Natal com passeios de póneis e mesmo assim ele cobrar por cada passeio que dá com as crianças. -----

-----O Presidente da Junta informa que o que é pago é a delocação para trazer os animais e animar a feirinha no valor de 250€, porque se fosse para não cobrar nada a Junta teria que pagar à volta de uns 700€ e o acordo foi precisamente nós pagarmos menos e ele cobrar as voltinhas. -----

-----O Presidente da Assembleia pergunta qual é o valor cobrado por cada volta. -----

-----O Presidente da Junta informa que são cobrados 2€ por volta. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento diz que não é contra mas que geralmente a Junta cobra pela ocupação de um espaço na via pública. -----

REUNIÃO DE 27.12.2018**ATA N.º 05/2018**

-----O Presidente da Junta diz que é cobrada a ocupação de via pública no caso da venda de artesanato. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que se estava a referir a outros divertimentos para crianças, como as pistas de carrinhos de choque, carrósseis ou circos. -----

-----O Presidente da Junta diz que por iniciativa da Junta não é cobrada qualquer taxa de ocupação à "Fourwinds", que ocupa um espaço no Jardim Público de Porto Covo com divertimentos para crianças, porque acha que é importante haver divertimentos deste género. A empresa cobra um valor a cada criança pela utilização do espaço. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que compreende e que se a Junta não desse esse incentivo a empresa "Galope no Campo" talvez não tivesse participado na Feira de Natal e seria menos um divertimento para as crianças. -----

-----A Tesoureira da Junta diz que quem conhece a quinta e toda a logística necessária para o transporte dos animais sabe que é importante este incentivo. -----

-----O membro da Assembleia, Fernando Modesto, diz que 2€ é caro para a voltinha que é. -----

-----A primeira Secretária, Cláudia Rosa, diz que os animais também comem e que a empresa tem o cuidado de deixar o Largo completamente limpo, porque os animais usam fraldas. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que tem algumas perguntas para fazer, uma delas é porque é que a Junta rescindiu com os paramédicos, outra é em relação às bermas da estrada de S.Torpes que continuam na mesma, pergunta também porque é que os candeeiros e postes dentro da aldeia não são todos uniformes existindo ruas que têm postes de cimento e outras têm postes de metal e ficariam mais bonitas se fossem todos iguais, pergunta ainda, relativamente ao facto da Junta ter alugado um equipamento de projeção, se a Câmara Municipal não tem esse equipamento que pudesse ceder para a projeção do filme "Mar de Sines", e considera que a Junta poderia adquirir esse material uma vez 1.000€ é um valor muito elevado pelo aluguer do equipamento e sendo a Junta a comprar ficaria para outras ocasiões e compensaria com certeza. -----

-----O Presidente da Junta informa que, relativamente à questão dos paramédicos, foi feito um comunicado à população onde estava bem explícita a razão da rescisão do protocolo que se deveu ao facto dos paramédicos não cumprirem com o que estava estipulado. A questão das bermas da estrada de S. Torpes deve ser levantada numa Assembleia Municipal porque não é da nossa competência e já é a quarta vez que é levantada aqui essa questão. O Executivo também gostava de ter os postes e candeeiros todos iguais mas isso acarreta custos muito elevados e mais uma vez não é da competência da Junta, logo, será mais uma pergunta a ser feita numa Assembleia Municipal. Em relação ao aluguer do projetor, podia ter sido a Câmara Municipal a pagar o aluguer, mas o filme já foi feito há 3 ou 4 anos e só agora foi projetado em Porto Covo e foi porque a Junta pagou para isso, porque caso contrário ainda não teria sido visto pela população de Porto Covo -----

REUNIÃO DE 27.12.2018

ATA N.º 05/2018

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que está esclarecido e que perante isso constata que a Câmara não tem feito muita coisa por Porto Covo. -----

-----O Presidente da Junta diz que essa situação não é de agora e já se arrasta há mais de trinta anos. Mas a Junta tem conseguido manter a Aldeia organizada e limpa. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que concorda em relação às obras de proximidade . -----

-----O Presidente da Junta diz que tudo o que é da competência da Junta se vai fazendo, o que não é se não estiver ao nosso alcance vai ficando para trás como é o caso do artigo 47º. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que as ruas de Porto Covo têm menos buracos do que as de Sines. -----

-----O Presidente da Junta diz que o atual executivo da Câmara Municipal de Sines tem demonstrado que está a olhar mais para Porto Covo, o Centro de Dia que estava previsto há mais de trinta anos já tem a candidatura entregue e neste momento aguarda-se o financiamento e vai avançar. -----

3º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2019: -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o terceiro ponto da ordem de trabalhos e pergunta se o apoio dado ao Clube Desportivo, no valor de 2.066,00€, vai dividido em apoios mensais de 300€ para pagamento do portão que foi adquirido para as instalações. -----

-----O Presidente da Junta diz que os 300€ mensais incluem também um apoio de cerca de 100€, para o desenvolvimento das atividades desportivas do Clube. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, pergunta se o apoio é dado conforme as atividades que são desenvolvidas. -----

-----O Presidente da Junta informa que o Clube Desportivo tem um protocolo com o Vasco da Gama, a Junta de Freguesia vai reunir com o Vasco da Gama, com os pais dos jogadores e com a Câmara Municipal de Sines por causa dos miúdos que poderiam ir jogar para Sines. Houve um contacto por parte do treinador do Vasco da Gama a informar que iriam fazer um protocolo para utilização do Pavilhão Multiusos e a perguntar se haveria hipóteses da Junta dar transporte aos jogadores para Sines, neste momento, tal não é possível porque não temos nenhuma carrinha adequada ao transporte de crianças uma vez que as escolas, competência que implicava o transporte de crianças, já passaram para a C.M.S., assim como os motoristas que tínhamos com essas competências, mas o que ficou acordado foi que o Vasco da Gama enviaria um e-mail para a Junta e para a Câmara com as suas solicitações para ver se haverá uma outra solução, mas até agora não foi recebido qualquer e-mail. Informa que já falou com o Vereador, José Arsénio, no sentido de se encontrarem soluções e uma delas poderá ser a carrinha do Clube Desportivo de Porto Covo, que apesar de estar avariada pode ser arranjada até porque o Clube tem verba para isso. -----

-----O Presidente da Assembleia pergunta se o Clube desportivo paga alguma coisa ao Vasco da Gama. -----

5

REUNIÃO DE 27.12.2018**ATA N.º 05/2018**

-----O Presidente da Junta informa que o Clube paga 200,00€ ao Vasco da Gama para terem o grupo dos treinadores e o Vasco da Gama recebe as cotas que são pagas pelos pais dos miúdos. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que acha muito bem que a Junta de Freguesia apoie o Clube Desportivo desde que este desenvolva atividades. -----

-----O membro da Assembleia, Fernando Modesto, também defende que se o Clube não tiver uma atividade desportiva, ou em prol da população de Porto Covo não tem fundamento a Junta estar a dar subsídios. -----

-----O Presidente da Junta diz que a questão do apoio para a aquisição do portão já tinha sido falada e que neste momento o Clube está a desenvolver esta iniciativa do fusil para os jovens. -----

-----O membro da Associação, António dos Santos, pergunta se os 500,00€ que constam no orçamento para apoio aos Bombeiros não será pouco comparando com os 3.000,00€ para a Santa Casa e o apoio para a CERCISIAGO.-----

-----O Presidente da Junta esclarece que os 3.000,00€ são para os Serviços Sociais e não para a Santa Casa. -----

-----O membro da Associação, António dos Santos, pergunta se a verba de 5.900,00€ que se destina a uma viatura de nove lugares é para adquirir uma nova ou a viatura já existe. -----

-----O Presidente da Junta diz que a viatura foi adquirida há dois anos e que essa verba é o pagamento da prestação anual e ainda está no orçamento a prestação da viatura mista de passageiros. -----

-----O Presidente da Junta informa que foi retirada a verba que diz respeito à central telefónica que já está totalmente paga e apenas constam 1.000,00€ porque a Junta vai comprar o equipamento. -----

-----O Presidente da Assembleia pergunta qual é o edifício da GNR a que se refere a verba de 2.400,00€ referido no orçamento. -----

-----O Presidente da Junta informa que é referente à renda anual do antigo Posto da Guarda Fiscal que é pago todos os anos em dezembro. Foi um acordo feito entre a Administração Interna e a Junta de Freguesia no qual a Junta faria as obras de requalificação e pagava uma renda anual. Nem a Junta nem a Administração Interna queria vender o Edifício e este acordo veio resolver essa questão. Com a nova Lei das descentralização de competências este será um edifício que irá passar para domínio da Câmara Municipal e depois logo se verá como vai ficar a situação. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, pergunta se o edifício continua propriedade da Administração Interna e se podem a qualquer momento exigir o edifício de volta. -----

-----O Presidente da Junta informa que se isso acontecer a Junta de Freguesia terá que ser ressarcida de algum do valor investido. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, pergunta se o acordo é por tempo indefinido. -----

----- O Presidente da Junta informa que o acordo é por 30 anos, mas até lá o edifício irá passar com certeza para a Câmara Municipal de Sines. -----

REUNIÃO DE 27.12.2018

ATA N.º 05/2018

-----O Presidente da Assembleia coloca à aprovação o terceiro ponto que é aprovado por maioria com uma abstenção do membro representante da CDU, António dos Santos. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, pede a palavra e pede permissão para lêr a declaração de voto relativa ao orçamento para 2019, que ficará apensa a esta ata. -----

-----O Presidente da Junta pergunta a que se refere concretamente a referência ao artigo 47º. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que se refere à necessidade de desmatar os lotes vazios e à falta de intervenção da autarquia no sentido de multar os proprietários que não o fazem. -----

-----O Presidente da Junta pergunta se tem passado pelo loteamento nos últimos dias. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que no verão estava num estado péssimo. -----

-----O Presidente da Junta diz que neste momento a situação é outra e que deveria passar por lá para constatar isso. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, pergunta se é a Junta que limpa. -----

-----O Presidente da Junta diz que a autarquia tem feito esforços notificando os proprietários dos lotes que têm procedido à limpeza dos mesmos. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que esteve a ler o orçamento do ano passado e o deste ano e considera que ficou tudo por fazer, a Câmara Municipal continua a adiar coisas como a abertura do Forte do Pessegueiro, o arranjo da estrada de acesso à Praia da Ilha, o depósito da água para não continuar a haver falta de água nas zonas rurais. -----

-----O Presidente da Junta diz que o problema não é de agora, há questões que se arrastam há quase quarenta anos e algumas delas foram resolvidas pelo atual Executivo da Câmara, tal como a estrada de S.Torpes, e que outras serão resolvidas ainda durante o atual mandato, como é o caso do artº 47º, que logo que a competência passar para a Junta o problema ficará resolvido. A obra do artº 220º que está prometida há vários anos e já se iniciou, a construção das infraestruturas para água e esgotos na zona do Arneiro também vai ter inicio no mês de janeiro, claro que obras destas dimensões demoram tempo. A pessoa que escreveu a declaração de voto não tem a minima noção da realizade de Porto Covo, era preferível deslocar-se aos locais e ver com os seus próprios olhos do que serem as pessoas do partido a escrever sobre Porto Covo. -----

----- O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que o seu mandato começou apenas agora e é agora que se tem que manifestar sobre aquilo que considera estar em falta na Freguesia e quando se faz alguma coisa positiva também a menciona. Têm sido feitas obras de proximidade mas as grandes obras não têm sido feitas. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que as obras da Câmara Municipal são da responsabilidade da Câmara e não da Junta de Freguesia e há que distinguir as coisas. -----



REUNIÃO DE 27.12.2018

ATA N.º 05/2018

4º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E PPI PARA 2019/2022: -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o quarto ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta informa que uma das alterações foi a questão da habitação social que já está em andamento. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que o monumento ao pescador já constava no documento anterior e volta a constar no atual. -----

-----O Presidente da Junta diz que ainda só há um ano de mandato e muita coisa vai ser feita até ao final do mesmo. -----

-----O Presidente da Assembleia pergunta se a intervenção que vai ser feita na ETAR vai ser ampliação da área. -----

-----O Presidente da Junta diz que sim, a área vai ser aumentada assim como a capacidade e também vai ser feita a manutenção do equipamento. A Junta de Freguesia propôs a construção de um depósito da água na Terça Parte e o estudo prévio está feito, o projeto está a ser feito e candidatura vai ser submetida. A questão da ETAR já devia ficar preparada, não só para as novas urbanizações da Quinta do Pessegueiro, mas também a zona da Terça Parte, e até para a zona das Quintinhas da Parreira que futuramente há-de ser legalizada, estando neste momento a Câmara Municipal a fazer um levantamento topográfico aéreo e brevemente irá para o terreno um topógrafo para fazer as marcações dos terrenos porque é intenção da Câmara Municipal legalizar toda aquela área. Esperamos que a obra do depósito da água fique concluída durante estes três anos. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, pergunta se a construção do Centro de Dia já está aprovada e se já tem financiamento. -----

-----O Presidente da Junta informa que se está a aguardar a resposta à candidatura que deve ser recebida em janeiro ou fevereiro. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, pergunta como está a questão da reparação do cais. -----

-----O Presidente da Junta informa que a reparação do cais é da responsabilidade da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e tem conhecimento que um engenheiro do POLIS esteve no local para fazer um estudo para se tentar fazer uma candidatura ao Acordo Portugal 2020. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que no ponto quinto é referida a requalificação da zona dos Buizinhos com a construção de um miradouro e pergunta qual é o ponto de situação. -----

-----O Presidente da Junta diz que já foi feita a candidatura e informa que se a candidatura for aprovada vai ser financiado em 80%. De acordo com informação dada pela POLIS, o custo total da obra ronda os 86.000,00€, inicialmente tinha sido acordado que a Câmara Municipal iria assumir a obra mas depois verificou-se que a nível da obtenção do licenciamento seria mais fácil através da Sociedade POLIS e foi-lhes entregue o projeto. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, pergunta se a intervenção vai ser feita onde era a antiga ETAR. -----

REUNIÃO DE 27.12.2018

ATA N.º 05/2018

-----O Presidente da Junta diz que o lugar onde funcionava a antiga ETAR é um terreno privado, mostra o projeto e explica que a intervenção vai ter início a seguir às escadas que dão acesso ao porto de pesca. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, pergunta se os antigos balneários também são para derrubar. -----

-----O Presidente da Junta informa que os balneários são ainda propriedade privada e que está previsto ser construído um restaurante e alojamento local, a obra está prevista começar no próximo ano porque o projeto já foi entregue na Câmara Municipal. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, também questiona sobre a referência ao centro de interpretação a ser criado na zona. -----

-----O Presidente da Junta informa que o Centro de interpretação fica inserido nos 400 m2 da área do miradouro. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que tudo isso irá ficar no espaço que vai desde o futuro restaurante até à falésia. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, pergunta se a Câmara ficou com algum terreno em contrapartida para a construção do Hotel que está a ser construído perto da Praia Grande. -----

-----O Presidente da Junta diz que isso só acontece quando há urbanização de terrenos e não neste caso em que o terreno é particular. -----

-----O Presidente da Assembleia pergunta quantos empregos irão gerar os Hoteis que estão em construção. -----

-----O Presidente da Junta diz que no "Beach Clube Hotel" precisarão de 20 a 25 pessoas para trabalhar.-----

-----O Presidente da Assembleia diz que em princípio serão ocupados por pessoas de Porto Covo e que o da Inatel também irá proporcionar postos de trabalho. -----

-----O Presidente da Junta diz que qualquer um deles tem estacionamento e que se a zona em frente ao Hotel da Praia Grande merecia uma intervenção e já foi proposto que se fizesse um projeto para a zona da Praia do Espingardeiro, que terá que ser feito conforme as normas do Parque Natural e a ideia seria ligar desde o Portinho de Pesca até à Praia Grande. A Praia do Espingardeiro ficaria com um passadiço e escada de acesso e se a Junta de Freguesia tivesse capacidade financeira para se candidatar aos fundos comunitários muito mais obras seriam feitas. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que a Junta acaba por estar sempre dependente da Câmara Municipal. -----

-----O Presidente da Assembleia pergunta relativamente à propriedade do edifício onde funcionava o antigo Posto Médico. -----

-----O Presidente da Junta informa que o edifício pertence à Câmara Municipal. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca à aprovação o quarto ponto que foi aprovado por unanimidade. -----

5º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL: -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o quinto ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

REUNIÃO DE 27.12.2018

ATA N.º 05/2018

-----O Presidente da Junta informa que o quadro de pessoal se vai manter igual porque não houve uma alteração ao orçamento uma vez que ainda estão a ser negociadas com a Câmara a atribuição de novas competências. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que só nessa altura é que se fará uma alteração caso seja necessário. -----

-----O Presidente da Junta diz que vai ser necessário uma vez que o pessoal que a Junta tem não é suficiente e que por Lei a Junta tem perto dos 60% previstos no orçamento para despesas com pessoal e por enquanto não se pode colocar mais ninguém efetivo e informa que a funcionária Maria do Carmo já passou à reforma. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que quando houverem mais descentralizações já se poderá admitir mais pessoal. -----

-----O Presidente da Junta diz que depende da verba que a Junta receberá por essas descentralizações, se a Câmara aceitar as propostas da Junta será possível admitir mais pessoal.-----

-----O Presidente da Assembleia coloca o quinto ponto à votação e o mesmo é aprovado por unanimidade. -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA:** -----

-----O Presidente da Assembleia pergunta de alguém presente tem alguma questão que queira apresentar na Assembleia. -----

-----O Município, José Gil, pede a palavra e pergunta porque é que este ano ainda não foram limpas as bermas das estradas como por exemplo a que dá acesso à Praia da Ilha. -----

-----O Presidente da Junta diz que essa é uma competência da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia acordou colaborar com a Câmara na limpeza da estrada que liga a Parreira à Cabeça da Cabra e foi o que fizeram, todas as outras ficaram por conta da Câmara Municipal. -----

-----O município, José Gil, diz que a Junta deveria fazer pressão junto da Câmara para se fazerem esses trabalhos ou fazer a Junta mesmo porque há estradas onde já se bate com a viatura nas ervas. -----

-----O Presidente da Junta diz que têm feito essa pressão mas que a Junta não pode fazer trabalhos que não são da sua competência sem receber para isso e que ainda hoje falou com o Vereador sobre as estradas, agora fazer o trabalho que compete à câmara não faremos e quem diz nas estradas diz no artº 47º, ou na quinta do pessegueiro etc...a Junta assumirá esses trabalhos sim, quando forem descentralizados e pagos. Para além do Executivo estar sempre a pressionar para que as questões sejam resolvidas esse tipo de reclamações também podem e devem ser feitas pelos municípios por escrito, no escritório que a Câmara tem aqui em Porto Covo. Há três meses que a Junta apresentou uma solução para o lixo que está junto aos contentores na Cabeça da Cabra, que seria carregá-lo com a máquina retroescavadora da Junta para o camião do lixo e eram colocados contentores junto às habitações que ali existem e fazia-se a recolha gratuita mas, até agora, a Câmara ainda não avançou com esse trabalho. O Executivo tenta apresentar soluções para esses problemas mas não depende só de nós e temos que aguardar. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que todas essas questões deviam ser apresentadas nas Assembleias Municipais. -----

REUNIÃO DE 27.12.2018

ATA N.º 05/2018

-----O Presidente da Junta diz que sempre que alguém vem reclamar ou pedir uma solução para algum problema que não seja da competência da Junta, entra logo em contacto com o Presidente da Câmara ou com o Vereador responsável e expõe a situação. -----

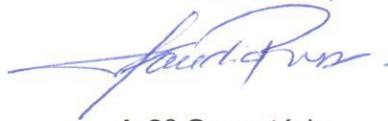
-----O Município, José Gil, diz que a questão das estradas é muito importante porque qualquer pessoa que visite Porto Covo vai visitar a Praia da Ilha e é uma vergonha, deve ser a pior estrada que existe na Freguesia. -----

-----O Presidente da Junta diz que tal como aconteceu com a estrada de S. Torpes também as da Ilha e da Cabeça da Cabra serão arrançadas a seu tempo. -----

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião eram 23h00 horas, do dia vinte e sete de dezembro, do ano de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente ata, que foi redigida pela Secretária e que depois de lida e aprovada em minuta vai ser assinada pelos presentes. -----

O Presidente da Assembleia,

A 1ª Secretária,



A 2ª Secretária,

María José da Silva Vidal



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

Moção

Campismo e Caravanismo na Costa Alentejana

- 1- Considerando que, o caravanismo selvagem está a tomar de assalto Porto Covo e toda a Costa Alentejana, invadindo os parques de estacionamento das praias, estacionamento junto às falésias, pernoitando em roulettes, carros, carrinhas ou tendas e conseqüentemente “semeando” lixo por onde passam;
- 2- Considerando que, a costa vicentina rica pela sua beleza natural, na realidade está a tornar-se num autêntico bairro da lata, cujos utilizadores diariamente defecam e urinam nos trilhos ou junto a uma espécie protegida qualquer;
- 3- Considerando que, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, entre outros, procura preservar os valores naturais existentes e disciplinar a ocupação do espaço e tem legislação com a qual defende esses princípios;
- 4- Considerando que, no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é proibida a prática de campismo ou caravanismo fora dos locais para tal destinados – Resolução do Conselho de Ministros nº11-B/2011, artigo 8º, alínea r);
- 5- Considerando que, o Decreto-Lei nº142/2008 de 24 de julho no seu artigo 43º, número 4, alínea d), refere que constitui contra-ordenação ambiental leve, punível nos termos da Lei nº50/2006 de 29 de agosto, a prática de campismo ou caravanismo, bem como qualquer forma de pernoita;
- 6- Considerando que, a Lei nº50/2006 de 29 de agosto, artigo 22º, número 2, alínea a), refere que às contra-ordenações leves correspondem uma coima de 200€ a 2.000€, se praticada por pessoa singular em caso de negligência e de 400€ a 4.000€ em caso de dolo.
- 7- Considerando que, apesar de haver ações de fiscalização que têm gerado muitos processos de contra-ordenação, os mesmos não surtem efeito, devido ao facto das coimas só serem aplicadas após notificação em carta registada, com aviso de receção.
- 8- Considerando que, a maioria dos autuados são cidadãos estrangeiros, o que significa na prática que as coimas aplicadas não chegam a ser pagas.
- 9- Considerando que, a população está a ficar indignada e revoltada com este problema, que já está a por em causa a sua segurança e a livre circulação.

A Assembleia de Freguesia de Porto Covo, reunida a 27 de dezembro de 2018, delibera que:

1. Solicitar ao governo que altere a Lei nº50/2006 de 29 de agosto, no sentido desta prever que as coimas sejam efetivas, ou seja, que sejam pagas na hora, sob pena de apreensão dos documentos da viatura tal como as outras infrações automóveis.
2. Que sejam efetuadas mais ações de vigilância e fiscalização.

3. Dar conhecimento desta moção às seguintes entidades: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro do Ambiente, Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Presidente da Assembleia Municipal de Sines e Presidente da Câmara Municipal de Sines.
4. Remeter cópia da moção para os órgãos de comunicação social regionais e nacionais.

Os eleitos da Assembleia de Freguesia de Porto Covo.

Vigilante

Francisco Pereira

Maria José da Silva Vidal.

ANTÓNIO DA SILVA DOS SANTOS

Moesteira

Lenia Isabel da Silva Gaidro

Henrique J. A. Bento

Francisco

DECLARAÇÃO DE VOTO

O orçamento de 2019 da Freguesia de Porto Covo não apresenta grandes alterações em relação ao ano de 2018.

Manifestamos preocupações com a discrepância de apoios atribuídos a entidades assim como a não discriminação do valor de 5000€ e a quem se destina. Os apoios concedidos pela Junta são importantes na vida diária das entidades, mas é notória a discrepância de valores existente.

Muitas das obras necessárias na freguesia dependem da Câmara Municipal de Sines e verifica-se que não só as mesmas vão sendo adiadas como também não se assiste à devida reivindicação por parte dos eleitos do Partido Socialista desta freguesia em lutar pelas suas populações e para que as mesmas se concretizem. Tal leva-nos a concluir que interesses partidários comuns se sobrepõem às necessidades das populações.

Registamos a previsão de despesas que se prendem com questões inerentes a saúde e segurança das pessoas e bens (posto de saúde/GNR) que deveriam ser suportadas pela Administração Central e não pela freguesia.

Destacamos o valor de 25.000€ para iniciativas culturais e festas que representa algum peso no orçamento da junta de freguesia sem contudo serem referidas de forma mais concreta.

Preocupante é também que o Executivo protocole a presença de uma ambulância e GNR em Porto Covo somente durante a época balnear e não procure que este serviço seja assegurado durante todo o ano à população.

Sobre o Forte do Pessegueiro continuamos a não ver esforços por parte da Junta de Freguesia e da Câmara junto do Instituto da Conservação da Natureza para que a sua abertura e visita pelo público possa acontecer.

O mesmo se passa com o artigo 47 sem que se vislumbre a limpeza dos terrenos e sua envolvente por parte dos proprietários.

A Junta de Freguesia peca por não desenvolver esforços ativos junto da Câmara para que a zona do Sapal possa ser incluída no perímetro urbano de Porto Covo, obrigando a que as habitações não tenham acesso a infraestruturas.

Pelas razões anteriormente expostas e porque este não é certamente o orçamento da política de proximidade às populações que defendemos, a CDU ABSTÉM-SE nesta votação.

O eleito da CDU

27/dezembro 2018

António Santos